

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

- 1 **Data:** 24 de Setembro de 2010
- 2 **Horário:** 08:30 às 17:00 horas
- 3 **Local:** Auditório da SESA/ISEP - Rua Piquiri, 170.
- 4 **Conselheiros membros – Gestão 2010-2011**

	Nome		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	Usuários			
1	Luciano Zanetti	Ausente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Wilson de Souza Silva	Presente	Titular	FETAEP
	M ^a Marucha S. Vettorazzi	Ausente	Suplente	FETAEP
3	Marcelo Montanha da Silva	Justificado	Titular	CUT
	Jonaz Braz	Presente	Suplente	CUT
4	João de Tarso	Ausente	Titular	ABECAP
	Arlete Ant ^a Brunholi Xavier	Ausente	Suplente	ABECAP
5	Sonia Maria Anselmo	Justificado	Titular	MOPS
	Livado Bento	Justificado	Suplente	MOPS
6	Amauri Lopes Ferreira	Presente	Titular	ANEPS
	Maria Elvira Araújo	Justificado	Suplente	ANEPS
7	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDVA
	João Maria Ferrari Chagas	Justificado	Suplente	IBDVA
8	Luiz Edgar Christ	Presente	Titular	Fórum Ong /Aids
	Sirlene Aparecida Candido	Justificado	Suplente	Fórum Ong /Aids
9	Joel Tadeu Correa	Presente	Titular	FAMOPAR
	Lívia Diniz Sola	Justificado	Suplente	FAMOPAR
10	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Presente	Titular	CMP
	Elizabeth Bueno Cândido	Presente	Suplente	CMP
11	Gencilda Gotardo	Presente	Titular	MST
	Adaize Citron da Silva	Presente	Suplente	MST
12	Lorene Gonçalves de Amorim	Justificado	Titular	Pastoral da Pessoa Idosa
	Suely Carvalho Cardoso	Ausente	Suplente	Pastoral da Pessoa Idosa
13	Helena Strabelli	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Márcia Behhini Zambrim	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
14	Clarice Siqueira dos Santos	Justificado	Titular	Pastoral da Criança
	Amélia Cabral Alessi	Presente	Suplente	Pastoral da Criança
15	Valdir Donizete de Moraes	Presente	Titular	ECOFORÇA
	Rosana Vicente Gnipper	Presente	Suplente	ECOFORÇA
16	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA
17	Wilma Araújo Kaiel	Presente	Titular	UBM
	Dóris Margareth de Jesus	Ausente	Suplente	UBM
18	Terezinha Pereira Da Silva	Presente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Luciane Machado Batista	Justificado	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
19	Antônio Garcez Novaes	Presente	Titular	C.R. de Farmácia
	Nilson Hideki Nishida	Justificado	Suplente	SINDIFAR-PR

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

20	Sueli de A. Preidum Coutinho	Presente	Titular	CRESS
	Marina Hiromi Assanuma	Presente	Suplente	CRMV
21	Edilcélia D do Amaral Ravazzani	Ausente	Titular	CRN
	Danielle Rodrigues Lecheta	Ausente	Suplente	CRN
22	Carmen Cristina M dos Santos	Justificado	Titular	ABEN
	Alaerte leandro Martins	Presente	Suplente	ABEN
23	Joari Stalchimidt	Justificado	Titular	CREFITO
	Gildásio Jo se dos Santos	Justificado	Suplente	CREF
24	Amadeu Alves de O Filho	Presente	Titular	AATO
	Luiz Sallim Emed	Ausente	Suplente	CRM
25	Soraia Reda Gilber	Justificado	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Ausente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	José Carlos Leite	Presente	Titular	SINDPREVS
	Bett Claid Nascimento	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Elivani Maria Sarri	JPresente	Titular	FESSMUC
	Irene R dos Santos	Presente	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		Condição	Entidade
28	Rosita Márcia Wilner	Justificado	Titular	FEMIPA
	Heracles Alencar Arrais	Presente	Suplente	FEMIPA
29	Renato Merolli	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Benno Kreisel	Ausente	Suplente	FEHOSPAR
30	Alfredo Franco Avub	Justificado	Titular	ACISPAR
	José Cleber Carulla	Ausente	Suplente	ACISPAR
31	Wilson Edmar Ascencio	Justificado	Titular	FEMIPA
	Márcia Regina dos Santos Minelo	Presente	Justificado	ACISPAR
32	Silvia Maria Tintori	Presente	Titular	UEM
	Valmir Durante	Presente	Suplente	UEM
	Gestores		Condição	Entidade
33	Haroldo Ferreira	Ausente	Titular	COSEMS
	Matheos Chomatas	Presente	Suplente	COSEMS
34	Carlos Manuel dos Santos	Ausente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Olavo Gasparin	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Carlos Augusto Moreira Junior	Ausente	Titular	SESA
	Celia Regina de Souza	Presente	Suplente	SESA
36	Maria Leonor Fanini Paulini	Justificado	Titular	SESA
	Mauro Campiolo	Justificado	Suplente	COSEMS

5 **1. Expediente interno**

6 **2. Ordem do Dia**

2.1 Aprovação da Pauta – 5 min.

7 **2.2 Assuntos para Deliberação: Discussão Temática e Comissões**

2.2.1 – Mesa Diretora –

1º Assunto: Justificativas e substituições

2º Assunto: Aprovação de atas: 157ª RO de 30/10/09 e 163ª RO de 28/05/2010

3º Assunto: Apresentação Pesquisa com os Conselheiros Municipais e Estadual-TCE/PR

4º Assunto: Apresentação OPS-Organização de Procura de Órgãos-OPOS – Apresentação SESA/Central de Transplantes

5º Assunto: Extrapolação do Teto Financeiro da SESA e o atraso ao pagamento dos prestadores – apresentação

24 de Setembro de 2010

SESA

8 Intervalo + ou – às 16:00 horas por 15 min

9 **2ª Parte: das 13:30 às 17:00 horas**

2.2.2 – Comissão de Acesso ao SUS

2.2.3 – Comissão Saúde Mental

2.2.4- Comissão de DST/AIDS

2.2.5- Comissão Saúde do Trabalhador

2.2.6- Comissão Saúde da Mulher

2.2.7- Comissão Comunicação e Informação

2.2.8- Comissão Vigilância Sanitária e Meio Ambiente

10 3- Informes Gerais

11 Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, após a constatação do
12 quórum necessário, a presidente Joelma Aparecida de Souza Carvalho dá início à 167ª Reunião
13 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Primeiramente **Joelma** dá as boas vindas
14 a todos e coloca em apreciação a pauta proposta enviada com antecedência aos conselheiros.
15 **Silvia** pede pauta para a Comissão de Acesso ao SUS. **Rosalina** para a Comissão de Saúde da
16 Mulher. Outras comissões pedem pauta, Saúde Mental, DST/AIDS, CIST, Comunicação,
17 Vigilância Sanitária e Meio Ambiente. Não havendo mais inclusões **Joelma coloca em votação**
18 **a pauta proposta com as inclusões solicitadas, sendo aprovada por todos.** A seguir
19 passa-se ao próximo item da pauta. Justificativas e Substituições: **Liliam** procede as
20 justificativas de Alfredo Ayub, Gildásio, Rosita, Wilson, Wilson, FEMIPA, João, IBDVA, Lívia,
21 Sônia Anselmo, Maria Leonor, SESA, Carmem, Aben, Clarice, Pastoral da Criança, Ireni da
22 Pastoral da Pessoa Idosa, Soraia, Sirlene, Luciene, Livaldo Bento, Maria Elvira e Marcelo
23 Montanha. Não havendo substituições Joelma passa ao **próximo item da pauta, Aprovação**
24 **da Ata da 157ª de 30 de outubro de 2009.** **Joelma** coloca em apreciação a Ata da 157ª
25 Reunião Ordinária do CES e não havendo questionamentos **coloca em votação a Ata da**
26 **167ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual, sendo aprovada por todos.** A seguir
27 coloca em apreciação a Ata da 163ª Reunião Ordinária do CES/PR de 28 de maio de 2010.
28 **Silvia** pede correção na linha 266 em sua fala sobre as cotas de sangue, entregando a
29 sugestão de redação para a mesa. Não havendo mais sugestões **Joelma coloca em votação**
30 **a Ata da 163ª Reunião Ordinária de 28 de maio de 2010, sendo aprovada por todos.**
31 A seguir passa-se ao **próximo item da pauta, Apresentação das Pesquisas para os**
32 **Conselhos Estaduais:** **Cecília** cumprimenta a todos e se apresenta como Assessora do
33 Tribunal de Contas. Fala sobre os dados da pesquisa sobre os conselhos que totalizam no
34 Paraná 45 Conselhos sendo 44 estaduais e 1 interestadual que é o CODESUL, do qual o estado
35 faz parte. Dezenove deles são consultivos, 7 conselhos normativos e 14 conselhos deliberativos,
36 sendo que o Conselho de Saúde é o único deliberativo e fiscalizatório. Alguns conselhos
37 fornecem ajuda de custo aos conselheiros e alguns recebem salário para serem conselheiros. A
38 base de dados utilizados foi fornecida pela Secretaria de Planejamento, estando 28 somente em
39 atividades, 16 inativos e 3 em reestruturação. São 518 conselheiros nos diversos conselhos.
40 Durante a pesquisa foi disponibilizado o endereço eletrônico dos conselheiros para que os

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

41 mesmos preenchessem um questionário que foram tabulados e apresentados a seguir. Trata da
42 escolaridade, forma de ingresso nos conselhos, representação, monitoramento no
43 acompanhamento dos gastos, grau de influência nas decisões do governo, gastos e outros.
44 Informa o site em que se encontra disponibilizado o relatório digitalizado. **Cecília** coloca-se à
45 disposição para outras informações e esclarecimentos. **Liliam** pergunta se foi realizada
46 pesquisa também referente aos Conselhos Municipais ao que Cecília responde que não, mas
47 que se pensa em fazer futuramente. **Sueli, CRESS** sugere que para uma próxima pesquisa, os
48 conselheiros que fazem parte de mais de um conselho possam responder ao questionário, o
49 que hoje não é possível. **Silvia** pede mais detalhes dos conselhos onde há remuneração, como
50 são escolhidos os conselheiros. **Liliam** pergunta sobre a participação da área governamental na
51 eficácia do Conselho e com o pagamento aos conselheiros se os mesmos são comprometidos.
52 **Cecília** diz que a pesquisa foi realizada para dar um panorama dos conselhos no estado. Os
53 que recebem são somente de nível superior. Após esta pesquisa deverá haver um
54 aprofundamento do assunto. Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omim) relata que faz parte do
55 Conselho Municipal de Cultura de Londrina onde estão presentes representantes do governo,
56 mais é um espaço democrático de debate. **José Leite** fala da representação dos conselheiros e
57 onde os conselheiros não são remunerados como o Conselho de Saúde e tem dificuldade de ter
58 o pagamento de despesas de viagens. Lembra que o Tribunal de Contas deve ser consultado
59 sobre a possibilidade do pagamento de diárias aos conselheiros quando representam o
60 Conselho em evento oficial. **Vilma Kaiel** lembra que o Conselho de Saúde é o único consultivo,
61 fiscalizador e deliberativo. **Cecília** diz que sobre as diárias foi feito um levantamento e não há
62 unificação sobre o assunto, é preciso haver uma regulamentação para disciplinar todos de
63 forma igual. **Amauri** fala sobre a intersectorialidade na qual o Conselho de Saúde é pioneiro e
64 lembra da importância dos debates sobre as diárias aos conselheiros, e que o Conselho de
65 Direitos Humanos existe, mas os conselheiros não foram empossados. **Jonas, CUT** pergunta
66 como são constituídos os conselhos onde há remuneração. **Cecília** diz que depende dos
67 Conselhos, cada um tem uma característica, com indicação livre por parte do governador e em
68 nenhum deles tem usuários. Lembra que não é só o Conselho de Direitos Humanos que não
69 está atuando, mais outros a exemplo do Conselho dos Direitos da Mulher também não estão
70 atuantes. Malu esclarece os acontecimentos com o Conselho dos Direitos da Mulher e o porque
71 dele não estar atuando. **Rita** esclarece como se pode acessar no site do Tribunal de Contas as
72 Contas do Governo do Estado. **Joelma** agradece a Cecília pela apresentação. Cecília agradece a
73 oportunidade e se coloca a disposição no que puder contribuir. A seguir passa-se ao **próximo**
74 **item da pauta, Apresentação da Organização de Procura de Órgãos: Shirlei**
75 representando a Central de Transplante cumprimenta a todos e passa a apresentação sobre a
76 OPOS que é uma organização de procura de órgãos e tecidos que tem por finalidade
77 implementar a estratégia e fortalecer o sistema nacional de transplante. Também trata de
78 agilizar o transplante, o aumento de captação de órgãos e o número de transplante realizado.
79 Primeiramente foi criada em São Paulo e a partir daí está sendo implantada em todos os
80 estados pelo Ministério da Saúde. Haverá uma ajuda de custo de R\$20.000,00 Após a
81 implantação deverá ser apresentada, escala de plantão, profissionais disponíveis e planos de
82 trabalho. Deve haver emissão de relatório das despesas e de como estão sendo gasto os
83 R\$20.000,00 recebidos através do Ministério da Saúde. A partir do segundo ano deve ser
84 apresentado o cumprimento de metas da OPOS. Relata que no Paraná serão implantadas 6
85 OPOS sendo que em Curitiba estará dentro do Hospital do Trabalhador, da região metropolitana
86 dentro do Hospital Angelina Caron, a OPOS de Ponta Grossa na 3ª Regional, a de Cascavel

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

87 dentro da 10ª Regional, a de Maringá na 15ª Regional de Saúde e a de Londrina na 17ª
88 Regional de Saúde. **Shirlei** esclarece porque algumas OPUS estarão dentro das Regionais de
89 Saúde. **Shirlei** se coloca a disposição para esclarecimentos. **Sandra** pergunta sobre o número
90 de transplante por órgão. **Alaerte, ABEN** pergunta sobre o critério de implantação das seis
91 OPOS e porque uma delas está sendo implantada em hospital privado. **Sueli** fala sobre a
92 portaria que trata da implantação da OPOS e que a mesma ao ser implantada deverá ser ligada
93 a Central de Transplante. Pergunta ainda sobre a especialidade do médico que deverá estar na
94 OPOS e se as CIDORTS continuarão a existir e se a contratação dos técnicos será por concurso
95 público. **Shirlei** responde que o maior número de transplante são os de córnea. Sobre as
96 CIDORTS deverão trabalhar em conjunto com as OPOS. Os profissionais técnicos estão
97 chamados os que passaram no concurso público para todas as OPOS. Sobre o Hospital Angelina
98 Caron esclarece que o mesmo assumirá a OPOS apesar de ser privado pois os hospitais do
99 estado estão no momento sem estrutura. **Sueli** pergunta se não há um conflito de interesse
100 quando se implanta uma OPOS dentro de um hospital privado e transplantador. **Shirlei** diz que
101 a OPOS segue o mesmo critério da CIDORT que não podem se envolver com o transplante em
102 si. **Helena**, pergunta sobre a participação do controle social no Hospital Angelina Caron.
103 **Terezinha, IBDVA** pergunta como é feito o trabalho dos pacientes que estão sendo
104 transplantado. **Shirlei** responde que com relação ao controle social diz que não tem a resposta.
105 Com relação a cole hepatite nos pacientes transplantados são realizados antes os exames de
106 sorologia e caso seja constatada a hepatite o transplante não é realizado. Não havendo mais
107 perguntas, **Shirlei** agradece a oportunidade. **Joelma** agradece a presença da Shirlei pela
108 Central de Transplante. A seguir passa-se ao **próximo item da pauta, Teto Financeiro do**
109 **Estado: Valdez** cumprimenta a todos e esclarece que está representando Dr. Irvando e
110 falará sobre a extrapolação do Teto Financeiro do Estado. Inicialmente relata sobre o os valores
111 destinados a média e alta complexidade. Lembra que no ano anterior todos foram pagos e não
112 houve falta de recursos, o que é diferente neste ano desde o mês de abril. Fala do
113 cumprimento das metas do Plano Operativo dos hospitais, e que a fatura gira em torno de
114 R\$11.000,000,00; as HPPS são os hospitais de pequeno porte que apesar de não produzirem a
115 totalidade tem que se fazer o pagamento pois existe um contrato e por falta de atendimento no
116 município o usuário busca atendimento em outro município e o estado também tem que pagar,
117 através de AIHS extras que acabam influenciando no teto financeiro. Desde o mês de abril o estado
118 trabalha com a extrapolação do teto financeiro, e estão retendo dos hospitais que fizeram mais
119 do que o tratado, valores que terão que ser pagos posteriormente. A partir do mês de julho a
120 Secretaria decidiu que não cortaria o pagamento mesmo que houvesse extrapolado. Informa
121 quais os valores excedentes nos meses de janeiro a junho e que foram pagos no mês anterior,
122 ou seja agosto. Lembra que falta ao estado um sistema de regulação eficiente para o controle
123 desses pagamentos, serviços autorizados e realizados. Fala sobre os limites de pagamento para
124 a Terapia Renal Substitutiva e que mesmo que o Ministério não envie o recurso o estado tem
125 que pagar, pois o usuário necessita o atendimento. Fala também da relação municípios estados
126 e a obrigação de cada um. Diz ainda que no mês de agosto/setembro os recursos não serão
127 suficiente para pagamento de todos. **Valdez** se coloca a disposição para outros
128 esclarecimentos. **Joel Tadeu, FAMOPAR** refere-se ao município de Londrina e pergunta quais
129 as ações do estado dentro desse município, nos hospitais Evangélico e Santa Casa. **Wilma**
130 **Kaiel** fala que os problemas com as AIHS são muito antigas. Sobre a regulação lembra que há
131 dois anos empenhos são feitos para a implantação da regulação pela CELEPAR. Pergunta se
132 será necessária a interferência do Conselho. Lembra ainda que a questão da prevenção é muito

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

133 importante e deve ser valorizada e implementada, inclusive estimulando os municípios nessa
134 questão. **Silvia** pergunta se a hemoterapia também entra nessa conta. **Valderez** lembra que
135 os hospitais de Londrina estão sob a gestão do município que é plena, que não há interferência
136 do estado em municípios de gestão plena. Quanto a questão da regulação entende ser preciso
137 para que exista o controle dos serviços, e explica que as AIHS é sistema calcado na auditoria
138 para funcionar. Concorde com a falta de trabalho preventivo que se fossem ofertados, 75% dos
139 casos seriam resolvidos na atenção básica e não acarretariam os gastos excessivos na média e
140 alta complexidade. A hemoterapia está na gestão do estado, mesmo as do município em gestão
141 plena. **Silvia** relata sobre os procedimentos do sangue e que todos são pagos pelo SUS.
142 **Valderez** fala sobre os bancos privados e o pactuado na Comissão Intergestores Bipartite.
143 **Wilma Kaiel** concorda que deve haver um maior aporte de recursos na gestão do estado, mas
144 que também é preciso uma maior fiscalização dos gastos dessa verba. **Rosalina Batista,**
145 **ASSEMPA** diz que é difícil entender a questão de falta de recursos no teto do estado,
146 principalmente em final de governo. Relata o que está acontecendo no Hospital Zona Sul, em
147 Londrina, que é da gestão estadual e se encontra sem recursos para comprar até alimentação.
148 É preciso que o assunto seja apresentando com mais detalhes ao Conselho, principalmente a
149 questão da regulação. Quanto a Londrina ser gestão plena não inviabiliza que o estado coloque
150 recursos no município, conforme é acompanhado pelo Conselho Municipal de Saúde nas
151 prestações de contas do mesmo. **Sueli** reporta-se a questão das AIHS e fala também sobre os
152 hospitais que não tem condições de atendimento em alta complexidade. Diz que é preciso
153 aprimorar a questão das auditorias, sendo também preciso avançar na auditoria da gestão do
154 sistema, com análise dos programas de saúde, da rede assistencial e suas interações.
155 **Genecilda** pergunta sobre a troca de procedimentos, exemplifica citando seu caso que foi fazer
156 um curativo no posto e seu caso estava registrado como picada de aranha, o que não era.
157 Pergunta ainda sobre o que regulamenta a realização das cesáreas. Fala ainda sobre a
158 necessidade de se ter conhecimento dos valores pagos por procedimento e de se ter
159 conhecimento detalhado sobre a responsabilidade do estado frente aos municípios. **Valderez**
160 diz que não pode responder a questão do hospital Zona Sul, pois não tem conhecimento, mas
161 levará a questão a Diretoria de Hospitais Próprios para averiguar. Que os recursos da média e
162 alta complexidade são um único recurso que são pagos de acordo com os procedimentos. Diz
163 que pode acontecer casos de pagamento de média como alta complexidade e vice-versa, mas
164 não há regulação para averiguação desses casos. Com relação ao orçamento do estado já é
165 uma discussão antiga, sendo preciso regularizar. Quanto aos procedimentos são pagos com
166 recursos do PAB – Piso da Atenção Básica e que esses pagamentos é de responsabilidade dos
167 municípios, mas que os procedimentos devem ser registrados corretamente. Sobre as cesáreas
168 tem um compromisso entre o estado e o Ministério da Saúde, que autoriza 25% dos patos
169 cesáreas. **Celinha** parabeniza a participação da Valderez que trouxe apontamentos de
170 qualidade para o Conselho. **Alarte** também valoriza o compromisso de Valderez e diz que não
171 se pode perder de vista a atenção básica, principalmente na questão do estado enquanto
172 gestor. Fala que as mulheres não vão fazer mamografia, mas ninguém vai buscar essa
173 paciente. Portanto o estado tem um papel enquanto gestor estadual na atenção básica e
174 recursos humanos, **Valdir, ECOFORÇA** registra o des-financiamento para os municípios,
175 principalmente para aqueles que possuem somente um hospital municipal. Fala das fraudes
176 cometidas no registro dos atendimentos para o que falta a atuação do controle social. Diz ainda
177 que é preciso divulgar que o SUS não é gratuito, disponibilizando ao paciente o custo de seu
178 atendimento. **Valderez** diz que é a primeira vez que fala para uma platéia tão seleta, portanto

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

179 está se habituando. Para a conselheira Alaerte fala sobre os procedimentos da média
180 complexidade, inclusive as ecografias, biópsia e encaminhamentos decorrentes desses
181 resultados. Sobre os des-financiamento dos hospitais municipais diz que não são retirados
182 recursos dos mesmos pelo estado, o que acontece é a pactuação das AIHS que tira de um
183 hospital para outro, e o pagamento tem que ser feito para onde a AIHS foi executada.
184 **Valderez** agradece a oportunidade e a acolhida. A seguir passa-se ao **próximo item da**
185 **pauta, Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador: David** representante do CEST
186 registra o recebimento de ofício do Ministério Público sobre doação de terreno da CALI. O
187 representante da SESA se propõe vir a comissão e ao Conselho prestar esclarecimentos. A
188 seguir fala da PL 62/2001e que a conselheira Sueli fará a apresentação. Relata que a portaria
189 trata dos agravos da vigilância epidemiológica. Informa que no mês de novembro serão feitas
190 avaliações dos CEREST e que seria importante a participação de um representante do CES.
191 **José Carlos Leite** sugere que a questão da CALI seja analisada com critérios e mais
192 amplamente, e que a mesma não é uma discussão da CIST e sim da Vigilância em Saúde. Diz
193 que é preciso ouvir o Sr. Natal que é diretor da unidade em Maringá e sugere que seja pauta
194 para a próxima reunião ou mais urgentemente para o período da tarde. **Jonas** sugere que os
195 conselheiros estaduais de Maringá e representantes do SINDPREVS façam uma visita ao local
196 para conhecer os fatos e poderem trazer informações adicionais ao Conselho. **Davi** esclarece
197 que a resposta que foi enviada a CIST é do Secretário de Saúde. Concorda com a visita e o
198 aprofundamento da questão. **Leite** concorda com a sugestão do conselheiro Jonas. **Celinha**
199 diz que gostaria de saber qual o encaminhamento da comissão. **David** esclarece que o
200 encaminhamento da comissão é chamar o Superintendente para prestar esclarecimentos.
201 **Liliam** refaz todos os encaminhamentos dados desde que o caso foi apreciado pela CIST e traz
202 hoje a sugestão de convite ao Superintendente para prestar alguns esclarecimentos. A seguir
203 Sueli esclarece que auxiliou a conselheira Alaerte a construir uma Moção de Arquivamento para
204 ser encaminhada ao Senado Federal pela tramitação do PL69/2001 de autoria de Paulo Paim.
205 Sueli faz a leitura da Carta Aberta: *CARTA ABERTA PELA RETIRADA DE PAUTA E*
206 *ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI DA 69/2001. O Conselho Estadual de Saúde do Paraná –*
207 *□CAMARA N CES/PR, regulamentado conforme disposto no inciso III do artigo 169 da*
208 *Constituição Estadual e artigo 1º das Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº*
209 *8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelas Leis Estaduais nº 10.913, de 04 de outubro de 1994,*
210 *e nº 11.188, de 09 de novembro de 1995, no uso de sua competência regimental conferida*
211 *pelo art. 5º e, reunido em sua 167ª Reunião Ordinária, realizada 24 de setembro de 2010,*
212 *tendo em vista que: O Projeto de Lei que tramita no Senado, sob nº PLC Nº 69 de 2001 de*
213 *autoria do Deputado Paulo Paim, que se encontra desde 15/12/2009, sendo incluída na Ordem*
214 *do Dia de Sessão Deliberativa e transferida para outras datas, tendo como ultima informação*
215 *previsão de ir para apreciação em 06/10/2010, com o Parecer nº 2290/2009 que altera a Lei*
216 *8080/90 para determinar que o atendimento de urgências e emergência médicas (todos, não só*
217 *Acidentes de Trabalho), no âmbito do SUS seja prestado pela iniciativa privada, mediante*
218 *ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do sistema forem insuficientes para*
219 *garantir a cobertura assistencial. Considerando: 1-Que esta proposição foi apresentada em*
220 *2001, quando o SUS estava se estruturando no Brasil, quando até poderia ter relevância.*
221 *Atualmente, ela poderá estimular que serviços de U/E não se credenciem ao SUS, além de*
222 *enfraquecer os planos de regionalização da assistência: Desrespeito à Constituição Federal e a*
223 *construção coletiva do Sistema (8ª conferência, resoluções do CNS e etc); Desconsidera o*
224 *crescimento do Sistema (UPAs, SAMU, SIATE, unidades hospitalares, Renast e etc)*

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

225 *Fragmentação do Sistema, contrária ao sistema de Referência e contra referência e Fluxo de*
226 *atenção; Enfraquecimento da regionalização e Atenção primária / reabilitação /*
227 *acompanhamento. Olha só para a urgência, desconsidera a vigilância e o restante do SISTEMA,*
228 *transformando a política pública em um "amontoado fragmentado". Como exemplo da*
229 *necessidade de urgência referenciada, atenção ao parto, Pacto nacional de mortalidade*
230 *materno Infantil. Não basta atender o parto como urgência, é necessário todo um sistema de*
231 *referência e contra referência, que acompanhe essa mulher antes e posteriormente ao parto;*
232 *Inexistência do Controle Social; 3-Outro problema que pode trazer é, sendo o*
233 *usuário/trabalhador atendido em serviço não credenciado na expectativa de que o SUS faça o*
234 *ressarcimento, se esse não ocorrer por discordância da auditoria/regulação, quem paga a*
235 *conta? Provavelmente será o usuário, Resolve: Encaminhar moção ao Senado, pedindo o*
236 *arquivamento do PLC nº 69/2001. Curitiba, 24 de setembro de 2.010. Joelma Aparecida de*
237 *Souza Carvalho, Presidente do CES/PR. Ao final presta alguns esclarecimentos. **Valdir** diz que*
238 *existem Conselhos Municipais de Saúde, Estaduais de Saúde, Nacional de Saúde, COSEMS,*
239 *CONAS, CONASEMS e que nada fizeram desde 2001 com referência a esse projeto. É preciso*
240 *haver uma ação maior para tratar desse assunto tão relevante. Talvez só uma moção de*
241 *arquivamento seja muito pouco. **José Carlos Leite** concorda com a fala do conselheiro Valdir e*
242 *diz que essa proposta se dá em função da longa fila de espera do SUS o que faz com que os*
243 *usuários encontrem alternativas diferentes. Sugere que o assunto seja enviado para debate na*
244 *Plenária de Conselhos. **Alaerte, ABEN** diz que talvez a redação da moção precise ser*
245 *melhorada e sugere que todas as entidades também enviem aos órgãos competentes a título*
246 *de esclarecimentos e alerta. **Jonas** diz que concorda com o conselheiro Leite quando diz que*
247 *isso é um cheque caução para o atendimento, portanto sugere que todos os conselheiros*
248 *enviem e-mails ao senador Paulo Paim e correspondência ao Conselho Nacional contrário a esse*
249 *projeto. **Wilma Kaiel** sugere como já foi falada que o documento deve ser chamado de Carta*
250 *Aberta. **Joelma coloca em votação a Carta Aberta pelo Arquivamento do Projeto de***
251 ***Lei, enviando para todos os municípios, CONSEMS, CONASEMS, CONAS, Conselho***
252 ***Nacional de Saúde, Senador Paulo Paim, e outros órgãos competentes sendo***
253 ***aprovado por todos.** A seguir encerra-se a reunião do período matutino. No período*
254 *vespertino após a constatação do quórum necessário, **Joelma** reabre a reunião e*
255 *imediatamente passa ao **próximo item da pauta: Comissão de Saúde Mental: Amauri***
256 *cumprimenta a todos e relata sobre a reunião da comissão. Diz que há um grande avanço na*
257 *saúde mental do estado do Paraná, apesar de todos os problemas que são vivenciados. Lembra*
258 *a todos a epidemia do crack e seu uso abusivo, é preciso avançar para desintoxicar essa*
259 *população, e é preciso que o controle social do Paraná deve se posicionar a respeito. A*
260 *comissão solicita que para o próximo mês ainda seja pauta o estudo das propostas da*
261 *Conferência de Saúde Mental para serem encaminhadas à SESA para compor o Plano Estadual*
262 *de Saúde, uma vez que a comissão se sub dividiu para realizar este trabalho. Para completar*
263 ***Liliam** relata sobre a questão do Hospital Adauto Botelho para a qual a SESA foi chamada mas*
264 *ainda não houve o retorno da mesma. **Celinha** esclarece que o diretor do Hospital Adauto*
265 *Botelho encaminhou o projeto solicitado a SESA que o encaminhou ao Conselho. **Amauri** alega*
266 *que o Conselho ainda não recebeu o referido projeto. **Joelma** diz que o assunto fica pautado*
267 *para a próxima reunião da comissão com a presença de representante da SESA para*
268 *esclarecimentos. A seguir passa-se ao **próximo item da pauta, Comissão de DST/AIDS:***
269 ***Amauri** fala sobre o III Seminário de Controle Social e AIDS a ser realizado em Curitiba nos*
270 *dias 15, 16 e 17 de dezembro. Para que o seminário possa ser realizado nesta data **Joelma***

24 de Setembro de 2010

271 **coloca em aprovação que a reunião do Conselho seja transferida para os dias 14 e**
272 **15 de dezembro, sendo aprovado por todos. Amauri** continua o relato sobre a realização
273 do seminário, apresentado inclusive a programação e sugestão de palestrantes. A seguir fala do
274 protocolo do Conselho Regional de Medicina sobre os transexuais tanto masculino como
275 feminino para a criação de campo em prontuários e ficha de atendimento para constar o nome
276 social; diz que o documento será remetido a Comissão de Acesso ao SUS para estudo. Informa
277 sobre o Encontro de Travestis em Rio do Sul e do convite para o seminário de Interlides para o
278 qual coloca o seu nome, e solicita ao Conselho que viabilize as passagens. A seguir a pedido do
279 conselheiro Leite, Amauri relata qual é o público alvo para participar do Encontro de Controle
280 Social e AIDS. Informa ao Conselho que na reunião da comissão também teve início a
281 construção do PAM 2011. **Sueli** registra que do dia 13 a 19 de setembro, aconteceu o Encontro
282 da Adversidade em Curitiba, tendo a colaboração da Rádio Saúde da SESA, com várias
283 entrevistas. Agradece a Rádio Saúde pelo espaço. **Amauri** fala da Parada da Adversidade e
284 apresenta algumas fotos do evento. **Sueli** sugere que seja divulgado o documento sobre os
285 transexuais, e seja cobrado dos Conselhos Municipais o cumprimento do protocolo do Conselho
286 Regional de Medicina, não sendo necessário o debate na Comissão de Acesso ao SUS. **Edgar**
287 diz que a proposição da comissão é que se crie um espaço para colocar o nome social. **Leite**
288 sugere que esse tema também deve ser debatido pela Plenária de Conselhos. **Joelma coloca**
289 **em votação a proposta do estudo pela Comissão de Acesso ao SUS do protocolo do**
290 **Conselho Regional de Medicina, sendo aprovado por todos. Joelma coloca em**
291 **votação a disponibilização de passagens para que o conselheiro Amauri possa**
292 **participar do evento Interlides, sendo aprovado por todos.** A seguir passa-se ao
293 **próximo item da pauta, Comissão de Acesso ao SUS: Silvia** diz que não houve a
294 apresentação do Hospital Infantil Antonio Fontes na comissão, mas o mesmo será apresentado
295 na reunião do CES. **Maria da Graça** cumprimenta a todos e passa a esclarecer sobre o
296 Hospital em referência. Diz que existe um projeto para que a Regional de Saúde possa ser
297 abrigada no prédio, uma vez que o mesmo apresenta muitos problemas não havendo
298 autorização da Vigilância para um hospital da mulher e da criança. **Silvia** reforça a fala de
299 Maria da Graça esclarecendo que o Hospital da Mulher e da Criança de competência do
300 município e não do estado, será viabilizado em outra localidade com melhor acesso. **Maria da**
301 **Graça** reitera que as péssimas condições do prédio trarão problemas inclusive para os
302 trabalhadores. O mesmo deverá ser reformado para que abrigue a Regional de Saúde.
303 **Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omin)** fala da realização de evento sobre matrizes
304 africanas e Seminário de DST/AIDAS da população negra, no mês de outubro, no qual estão
305 disponibilizadas cinco vagas para o Conselho. Coloca seu nome e de Maria Elvira como
306 interessadas em participar. Ficam indicados além de Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omin),
307 Maria Elvira, Amauri, Edgar e Sueli. Lembra que no endereço eletrônico de cada um está o
308 convite para evento sobre matrizes africanas a ser realizado em Londrina. **Amadeu**, fala sobre
309 o Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes lembrando que a aprovação anterior do Conselho era para
310 abrigar atendimento da criança, e o Conselho não foi consultado sobre a mudança de atividade.
311 **Amauri** diz que a Regional de Paranaguá necessita de uma sede e o hospital infantil também é
312 necessário, sendo preciso aprofundar a discussão, pois a unidade materna infantil ainda não
313 existe em Paranaguá apesar de aprovado pelo Conselho há algum tempo. **Terezinha, IBDVA**
314 agradece a todos os conselheiros que participaram do evento promovido pelo IBDVA em
315 parceria com o Conselho. **Lilium** relata sobre o evento e lembra da importância de ser mudada
316 acessibilidade do Centro de Eventos, pois é inadmissível que um órgão do estado tenha

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

317 acessibilidade tão ruim, é preciso pensar numa forma de cobrar do governo do estado esta
318 readequação. **Edgar** fala da importância da participação dos kadetes no evento e que deveria
319 ser enviado um ofício de agradecimento seja pelo Conselho ou pela entidade promotora do
320 evento. **Valdir** também fala da importância e do sucesso do evento do IBDVA. Relata que as
321 atividades dos Conselhos de Saúde devem ser mais prestigiadas pelos conselheiros dada a
322 relevância dos assuntos abordados nos eventos. **Joelma** parabeniza a conselheira Terezinha
323 pela insistência e garra para a realização do evento. Diz que o evento foi muito bem organizado
324 e que a colaboração de todos foi muito importante. Afirma que o Conselho enviará a cada um
325 kadete participante o agradecimento do Conselho. Leite sugere que o Comandante seja
326 convidado a vir ao Conselho receber o agradecimento e depois repassá-los aos kadete. **Joelma**
327 **encaminha o assunto das dependências do Hospital Antonio Fontes para abrigar o**
328 **Regional de Saúde, devolvendo para a Comissão de Acesso ao SUS com a**
329 **participação do representante da SESA, para depois com o parecer da comissão,**
330 **retornar ao Conselho, sendo aprovado por todos.** A seguir passa-se ao **próximo item da**
331 **pauta, Comissão de Saúde da Mulher, Malú** faz o relato da reunião da Comissão de Saúde
332 da Mulher, lembrando que a comissão também cobrou explicações da SESA sobre o hospital
333 materno infantil que deveria ser construído em Paranaguá e que até o presente momento não
334 houve resposta. A comissão também sugeriu que o Conselho aprove que todos os Conselhos
335 Municipais tenham suas Comissões de Saúde da Mulher. Malú registra fato desagradável
336 ocorrido durante a reunião da comissão com palestrante, afirmando que o fato foi vergonhoso
337 para o Conselho e solicita que o Conselho envie documento com pedido de desculpas ao
338 médico palestrante. **Alaerte** fala com relação à intervenção da conselheira Malú, e que a
339 comissão tem problemas com a coordenadora da comissão, uma vez que a mesma tem se
340 alterado com os membros da comissão e que se assusta com a forma com que o ocorrido foi
341 trazido ao pleno do Conselho. Diz também que não há mais condições de que a mesma seja
342 coordenadora da comissão e que fará uma consulta ao Regimento Interno do Conselho para
343 saber que atitude tomar. Relata que por melhor que fosse a fala do palestrante não era ponto
344 de pauta estabelecido na comissão. Posiciona-se contrariamente que o Conselho envie qualquer
345 pedido de desculpas ao palestrante e se algum documento tiver que ser enviado que seja da
346 coordenadora da comissão. **Sueli** que foi citada pela conselheira Malu como pessoa que
347 presenciou o acontecido narra o ocorrido, o clima de discussão e o quanto ficou constrangida e
348 que foi esclarecida no momento que o assunto não estava em pauta, estando, portanto os
349 assuntos da pauta com atraso. Pede licença aos outros componentes da mesa para fazer duas
350 recomendações a coordenadora e a comissão. Primeiramente que a coordenadora está para
351 encaminhar e respeitar o que é acordado na comissão. À Comissão sugere que não deve expor
352 o Conselho, principalmente na frente de palestrante quando discordar do encaminhamento da
353 coordenadora. Concorda com a fala da conselheira Alaerte. **Rosalina**, diz que não está para
354 defender nenhum dos lados, mas não pode ocorrer mais este tipo de discordância. Fala da
355 importância da comissão e dos encaminhamentos positivos que a mesma tem feito. Fala de
356 alguns eventos em Londrina e Curitiba que foram construídos dentro da comissão. Que o fato
357 de representante da comissão gritar no meio da apresentação foi muito desagradável e não
358 deve se repetir; o correto seria chamar a coordenadora da comissão e resolver o assunto
359 particularmente. **Wilma Kaiel** diz que está há muito tempo na Comissão de Saúde da Mulher e
360 relata sua luta pelas mulheres em seu trabalho como professora e depois de aposentada. Fala
361 que ficou quatro anos afastada do Conselho e ficou surpresa por ocasião de seu retorno,
362 quando constatou que a coordenadora da Comissão de Saúde da Mulher nada sabia sobre

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

363 saúde da mulher; perdeu uma eleição, e a coordenadora atual infelizmente não está sabendo
364 conduzir as reuniões. Concorde com a fala da conselheira Alaerte, principalmente no quesito do
365 Conselho se desculpar com o palestrante; que isso é papel da coordenadora da comissão que
366 se comporta como dona da comissão. **Elivânia** também faz seu relato do ocorrido na comissão
367 e que é preciso resolver os assuntos pendentes que trarão benefícios as mulheres. Diz que o
368 assunto poderia ser discutido em outro momento na comissão e não em frente ao palestrante o
369 que foi muito desagradável. **Genecilda** diz que em outras comissões também ocorrem esses
370 fatos. Relata que participa da Comissão de Saúde Mental e por algumas vezes também não
371 tinha voz na comissão e teve que exigir seus direitos. Fala que as reuniões precisam ter
372 métodos, que é preciso educar o tom de voz e é preciso respeitar a comissão como um todo;
373 que o coordenador tem que ter o apoio da comissão para levar a contento seu trabalho. **José**
374 **Carlos Leite** diz que as duas partes estão sendo constrangidas e que se a comissão tem
375 problemas, a mesa diretora e a comissão têm que se reunir e resolver seus problemas. Fala que
376 essa é uma disputa pessoal e que deve ser resolvida na instância competente. Fala que o
377 Regimento Interno do Conselho no capítulo das comissões trata deste assunto. **Joel Tadeu**
378 **Corrêa** fala que todos os conselheiros foram coerentes em sua fala e que por algum tempo
379 participou da comissão de saúde da mulher. Que é preciso entendimento entre os participantes
380 da comissão, por que todos são valorosos participantes. **Mauro** sugere como encaminhamento
381 que a mesa assuma a Comissão de Saúde da Mulher até que a mesma tenha seu trabalho
382 restabelecido, de preferência que a presidente do Conselho assuma a coordenação da mesma
383 interinamente. **Alaerte** esclarece que há alguns meses a comissão apresenta problemas e que
384 os mesmos são resolvidos na comissão, portanto se surpreendeu com o assunto colocado no
385 Conselho. Diz que a pauta da reunião foi aprovada pelas presentes na reunião da comissão.
386 Posiciona-se contrária ao encaminhamento do conselheiro Mauro. **Joelma** lembra a todos e
387 todas que a mesa encaminha os assuntos a serem debatidos nas comissões e não é a comissão
388 que delibera pela sua pauta. Se os integrantes das comissões têm alguma sugestão à mesma
389 com certeza será acatada pela mesa. Diz que não dá para passar uma borracha como se nada
390 tivesse acontecido, até porque os problemas se arrastam por meses. E que acontecimentos
391 como este, denigre o nome do Conselho e não da comissão. Sugere que somente na próxima
392 reunião ela presidente conduza a mesma para dar os encaminhamentos que as integrantes da
393 comissão sugerirem. **Joelma coloca em votação sua proposta sendo aprovada por**
394 **todos. Malú** diz que é importante a presença da presidente e que trouxe o problema ao
395 Conselho por achar ser necessário. A seguir passa-se ao **próximo item da pauta, Comissão**
396 **de Comunicação: Celinha** diz que a comissão trabalhará com o PID – Plano de Inclusão
397 Digital pois deverá ser realizado o treinamento dos conselheiros municipais após a entrega dos
398 equipamentos pelo Ministério da Saúde. Será realizada uma reunião com os contatos das
399 Regionais de Saúde para preparar essa capacitação no próximo dia 15, sendo que as mesmas
400 também acompanharão o resultado da capacitação. Solicita a aprovação da vinda dos
401 conselheiros que participam da comissão para esta reunião. A partir da capacitação pensa-se
402 em construir uma rede entre os conselhos municipais e estadual. Outro assunto é que para a
403 próxima reunião seja conjunta com a Comissão de Interiorização para uma troca de informação
404 no que se trata da capacitação. Ainda na intersetorialidade no dia 25 de novembro é o dia de
405 enfrentamento da violência contra a mulher e a sugestão é que em conjunto com a Comissão
406 de Saúde da Mulher faça um trabalho na Rádio Saúde. Fala sobre o tema da Campanha da
407 Fraternidade para o ano de 2012 que será sobre a saúde. A comissão solicita que tenha um
408 representante do COSEMS que hoje é o conselheiro Mauro Campiolo que se encontra afastado

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Setembro de 2010

409 por problemas de saúde. Joelma coloca em votação a vinda dos conselheiros que integram a
410 Comissão de Comunicação no dia 15 o que é aprovado por todos. A seguir passa-se ao
411 **próximo item da pauta, Comissão de Vigilância Sanitária e Meio Ambiente: Valdir**
412 relata que a comissão avançou na questão da oficina sobre contaminantes ambientais. Sobre a
413 pesquisa realizada com os conselheiros lembra que nem todos responderam via e-mail portanto
414 está apresentado a mesma impressa para que possam preenchê-la. A seguir Joelma passa ao
415 próximo item da pauta: Informes: **Joelma** relata que com referência ao horário na Assembléia
416 Legislativa para a entrega da moção pessoalmente, mas conforme deliberação do Conselho a
417 moção foi entregue em todos os gabinetes. **Rosalina** informa sobre conselheiros do estado de
418 Alagoas que visitaram o Conselho Municipal de Saúde de Londrina para se informarem sobre a
419 contratação de agentes comunitários do PSF pelo CIAP. Fala que os mesmos visitaram o
420 Hospital Zona Sul e disseram que nem o Hospital que atende UNIMED no estado de Alagoas é
421 tão bem equipado e com atendimento qualificado como este. A seguir fala de documento
422 recebido pelo Tribunal de Contas para a adequação do número de conselheiros trabalhadores
423 no Conselho de Saúde de Londrina. **Joelma** também relata sobre esta visita e que será
424 elaborado um relatório que será apresentado também ao CES. Diz ainda que todas as portas do
425 SUS foram abertas aos visitantes e também foram realizadas reuniões com o Prefeito e com o
426 Promotor Público que trata da saúde. **Joel Tadeu** complementa as informações sobre a visita
427 dos conselheiros do estado de Alagoas. Diz que a visita foi muito importante e produtiva e que
428 os visitantes se posicionam contra a terceirização do SUS. **Sueli** convida a todos para o debate
429 que será realizado pelo CRESS, no dia de hoje, no auditório do Sindicato dos Engenheiros, no
430 Shopping Itália, às 18h30. **Amauri** informa que no dia 08 de outubro o Grupo Esperança estará
431 realizando um trabalho para o dia das crianças, e para tanto solicitam doação de doces,
432 brinquedos e outros. Elizabeth Cândido informa que no dia 17 de julho ocorreu a Plenária
433 Estadual da Central de Movimentos Populares. Fala também sobre a pauta dessa plenária e que
434 a coordenadora geral da Central é Joelma Aparecida de Souza Carvalho. **Rosalina** convida a
435 todos a participarem no dia 05 de outubro da implantação da Vara Maria da Penha em
436 Londrina. **Jonas** parabeniza Londrina pela recepção aos conselheiros do estado de Alagoas.
437 Relata sobre a forma que foram recebidos os conselheiros no estado de São Paulo, onde foram
438 impedidos de visitarem locais de atendimento e de terem acesso a informações. **Joelma**
439 parabeniza os aniversariantes do mês, com todos os conselheiros e conselheiras cantando
440 parabéns a todos. Nada mais havendo a tratar Joelma Aparecida de Souza Carvalho agradece a
441 presença de todos e encerra a presente reunião. Não tendo mais nada a constar, a Secretaria
442 Executiva do CES/PR lavrou a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, Joelma Aparecida
443 de Souza Carvalho _____ e pela 1º Secretária do CES/PR Célia Regina de Souza, -
444 _____.